



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

TERMO DE REFERÊNCIA

NÚMERO DO PROCESSO: 0306001/2020

1.0. OBJETO.

1.1. Contratação de Pessoa Física para Prestação de serviços em assessoria e consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão - MA.

2.0. JUSTIFICATIVA.

2.1. A execução do serviço em tela atenderá às necessidades da(o) Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão -MA.

2.2. É imprescindível a contratação de uma assessoria jurídica para a Câmara Municipal de Vereadores, objetivando o acompanhamento de todas as ações de interesse desta Câmara.

2.3. Após análise das três cotações de preços obtidas pela Câmara Municipal, foi escolhida a que apresentou o menor preço conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1.	Prestação de serviços em assessoria e consultoria Jurídica para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão.	MÊS	5	3.440,00	17.200,00
	<u>ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:</u>				
1.1	<ul style="list-style-type: none">Assessoria Administrativa , Legislativa e Consultoria em geral quando ser tratar de matérias de alta complexidade.Elaboração de projeto de leis, projetos de resolução, exames de matérias oriundas do poder executivo.Defesa em demandas jurídicas e patrocínios de causas em favor da Câmara Municipal, perante as instâncias da Justiça Estadual e Federal.				

3.0. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

3.1. Os serviços serão executados obedecendo a especificação de cada serviço, conforme tabela apresentada no disposto no item 2.3 deste termo de referência;

3.2. Cumprir fielmente o objeto deste contrato, garantindo a qualidade do serviço prestado



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

3.3. Regime de execução: empreitada por menor preço global.

4.0. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DESPESA.

4.1. As despesas oriundas desta contratação serão classificadas nas seguintes dotações: Exercício 2020, Projeto/Atividade- 01.031.0001.2001.0000 - Manutenção e Func. das Atividades da Câmara Municipal, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Física.

5.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1. Executar os serviços na forma ajustada;

5.2. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente aos serviços.

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante.

5.4. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais ou municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, objeto do contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela câmara.

5.5. A Contratada responderá, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita condição ao serviço.

5.6. Prestar informações solicitadas pelo CONTRATANTE durante a execução deste Contrato.

5.7. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionados a este contrato, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência; e

5.8. Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

6.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. Constituem direitos da Contratante, receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da Contratada perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2. Constituem obrigações da Contratante:

6.2.1. Efetuar o pagamento ajustado.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08



6.2.2. Verificar se os Serviços adquiridos estão de acordo com o objeto desta dispensa.

7.0. DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

7.1. A vigência deste contrato é a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2020.

8.0. DO PAGAMENTO.

8.1. O custo total da presente contratação é de R\$ 17.200,00 (Dezessete mil e duzentos reais), a ser pago em parcelas mediante a Prestação de Serviços ora Contratado.

8.2. O pagamento será realizado em conta bancária da Contratada, mediante nota fiscal/avulsa ou recibo apresentado junto ao setor financeiro.

9.0. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1. Nos termos do artigo 67 Lei n° 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário á regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com artigo 70 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.3 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução do contrato indicando dia mês e ano bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinado o que for necessário á regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos á autoridade competente cabível.

10.0. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Sem prejuízo de outras sanções previstas na DISPENSA, a empresa vencedora ficará sujeita às seguintes deliberações pelo inadimplemento:

10.1.1. Ressalvados os casos de força maior, ou fortuito, devidamente comprovados, estará sujeita a **CONTRATADA** além das sanções previstas na Lei Federal n° 8.666/93, pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, as seguintes penalidades:

10.1.2. A não observância do prazo de prestação dos serviços pela **CONTRATADA**



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08



implicará em multa moratória, não compensatória de 0,16% (dezesseis décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da Fatura, até o limite de 10 (dez) dias, independentemente das sanções legais, que possam ser aplicadas, de acordo com os Artigos 86, 87 e 88, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, salvo se o prazo for prorrogado pela **CONTRATANTE**;

10.1.3. Findo o prazo de entrega do objeto da dispensa pelo vencedor e não cumprida a obrigação, sem apresentação de justificativa coerente, o empenho e outros atos expedidos pela **CMSLGM**, serão tornados sem efeito;

10.1.4. A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida que cada cláusula deixar de ser cumprida;

10.1.5. As multas estabelecidas nesta cláusula serão consideradas dívida líquida e certa e deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias, contados da sua cobrança, decorrido este prazo tais multas serão descontadas de qualquer importância devida à **CONTRATADA**, ou ainda, cobradas judicialmente, servindo para tanto o presente instrumento como título executivo extrajudicial;

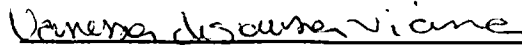
10.1.6. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CMSLGM** poderá, além da aplicação das multas previstas nos itens anteriores, aplicar as penalidades de advertência e suspensão temporária de participação em licitações, além do impedimento do contrato;

10.1.7. O valor da multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da **CONTRATADA**, perante **CMSLGM**, nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** que tenha sido multada, antes de pagar ou relevada multa.

11.0 – FORMA DE CONTRATAÇÃO


11.1 – A contratação do objeto do presente Termo deverá ser consoante o art. 24. inciso II. da Lei 8. 666. De 21 de julho de 1993 e Decreto Federal nº 9.412 de 18 de julho de 2018, que ampara e justifica a contratação direta por dispensa de licitação quando o valor for abaixo de 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do art. 23.

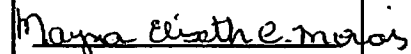
São Luís Gonzaga do Maranhão – MA, em 22 de Julho de 2020.


Vanessa de Sousa Viana
Coordenadora de Compras e Coletas

Nos termos do Art. 7º da Lei 8.666/93. **APROVO** o Presente Termo de Referência, pois o mesmo encontra-se adequado às seguintes exigências legais.

Data




Maysa Eliseth Carvalho Morais
Vereadora/Presidente